

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Sucessões	5
---	---

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: CVM acusa 40 executivos da Petrobras	2
Título: Notas	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Sucessões	5
Título: Conta de luz pode subir mais de 20%	6
Título: 'Será uma explosão tarifária', prevê Abrace	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Gasolina cai a menos de R\$ 4	9
Título: A OMC na "Rodada Trump"	11

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Rennan Setti****Título: CVM acusa 40 executivos da Petrobras**

Ex-administradores teriam ignorado indícios de que Comperj e Abreu e Lima valiam menos do que o registrado.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais, acusa 40 atuais e ex-administradores da Petrobras de terem ignorado por cinco anos indícios de que a refinaria de Abreu e Lima e o Comperj valiam menos do que constava no balanço da estatal. Segundo termo de acusação ao qual O GLOBO teve acesso, a autarquia entende que a companhia deveria ter reconhecido baixas contábeis nos ativos de 2010 a 2013, o que não aconteceu, e ampliado o escopo da reavaliação dos valores feita em 2014 para Abreu e Lima. Entre os acusados estão os ex-presidentes da Petrobras José Sergio Gabrielli, Maria das Graças Foster e Aldemir Bendine, além do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho e o ex-diretor financeiro da Petrobras Almir Barbassa.

No grupo, estão atuais diretores da estatal, como Ivan Monteiro (financeiro) e Solange Guedes (Exploração e Produção). Para a CVM, a maioria dos acusados falhou no dever de diligência e prejudicou a empresa e os investidores. O processo, aberto em meados de 2017, está na fase de apresentação de defesas. “Ao ter adotado procedimentos inadequados para a elaboração, ou não, desses testes de recuperabilidade de ativos, (...) a administração divulgou informações econômico-financeiras com o potencial de induzir o investidor (e demais terceiros interessados) a erro de julgamento”, concluiu Fernando Soares Vieira, superintendente de Relações com Empresas da CVM.

PENA DE MULTA DE ATÉ R\$ 500 MIL

A pena, em caso de condenação, vai de multa de até R\$ 500 mil à inabilitação para atuar na administração de empresa de capital aberto. Como mostrou O GLOBO, problemas com a corrupção e a desvalorização de ativos pesam nas contas da Petrobras até hoje. No ano de 2017, a estatal foi obrigada a descontar R\$ 11,2 bilhões por causa de um acordo feito com investidores nos EUA para encerrar ação coletiva. No Comperj, o escândalo da Lava-Jato travou as obras, provocando baixa contábil de R\$ 167 milhões no ano passado. Em Abreu e Lima, a perda foi de R\$ 1,507 bilhão. Os principais problemas identificados pela CVM foram o não reconhecimento de impairment (baixa contábil) dos ativos de

abastecimento, em especial de Abreu e Lima e Comperj, nas demonstrações entre os anos de 2010 e 2013 e o reconhecimento de só um impairment sobre o 2º trem de refino de Abreu e Lima, abrindo mão de fazer teste para o empreendimento como um todo, “o que poderia indicar montante maior de impairment a ser reconhecido.” Nas demonstrações de 2010, a Petrobras sequer fez teste de impairment sobre Abreu e Lima, violando, segundo a CVM, uma regra contábil que trata do valor recuperável dos ativos.

Para a autarquia, sobravam motivos para que já ali a estatal fizesse alterações nos valores da refinaria: a venezuelana PDVSA não havia aportado recursos previstos no empreendimento, os custos orçados saltaram de US\$ 4,05 bilhões para US\$ 13,362 bilhões e uma desoneração prometida de US\$ 1,251 bilhão ainda não havia se concretizado. No ano seguinte, a companhia reavaliou tanto Abreu e Lima como a primeira etapa de refino do Comperj, mas não reconheceu perda. Para a CVM, muitos indícios foram ignorados. Naquele ano, os custos reconhecidos em Abreu e Lima já eram de R\$ 11,3 bilhões e a sócia venezuelana não tinha aportado qualquer centavo no negócio, além de a data prevista para início ter sido postergada. No Comperj, o investimento para implantar a unidade saltou de US\$ 7,97 bilhões para US\$ 11,76 bilhões. Problemas semelhantes se multiplicaram até 2013, segundo a CVM, e a Petrobras não reconheceu em suas contas nenhuma perda no valor dos empreendimentos. No Comperj, relatórios internos da Petrobras afirmavam que o custo estava subindo apesar de ausência de atratividade do projeto.

Apenas nas demonstrações contábeis de 2014, após o escândalo da Lava-Jato vir a público, a Petrobras admitiu perdas nas unidades. Nas contas daquele ano, a companhia reconheceria baixas contábeis de R\$ 44,6 bilhões, dos quais R\$ 21,833 bilhões provocadas pelo Comperj e R\$ 9,143 bilhões, por Abreu e Lima. Para a CVM, apenas o cálculo sobre o Comperj estava correto. No caso da refinaria de Pernambuco, porém, a autarquia acredita que as perdas admitidas estiveram aquém do número real. Isso porque a companhia não fez uma reavaliação individual da refinaria e não abrangeu o projeto como um todo. A autarquia não citou um número, mas vê indícios de que a baixa contábil deveria ser maior. A CVM ressaltou que, naquele momento, “não há como negar que, de fato, houve um maior esforço para a elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras, que envolve a própria diligência dos administradores responsáveis por sua aprovação.”

A CVM eximiu administradores e conselheiros que ocupavam cargos naquele momento (2015) de desobediência ao dever de diligência. “Em relação a 2014, balanço assinado pelos diretores Ivan Monteiro e Solange Guedes, a CVM não questiona o cumprimento do dever de diligência, mas entende ter havido erro de julgamento relacionado ao teste de impairment do trem (etapa) 1 da Rnest (Abreu e Lima)”, observou, em nota ao GLOBO, a Petrobras. “A Petrobras

apresentou seus argumentos e defesas e acredita ter justificativas técnicas para a decisão tomada. Pela governança da CVM, a abertura do processo sancionador é decisão da área técnica do órgão regulador, enquanto a decisão final ainda será tomada pelo colegiado.”

O GLOBO teve acesso à defesa de José Sérgio Gabrielli, que afirma que ele, como presidente, não participava da elaboração dos testes de impairment. “Não resta demonstrada a participação do Sr. José Sérgio Gabrielli em nenhum ato comissivo ou abusivo”, afirmou a defesa. As defesas de Almir Barbassa e Aldemir Bendine não comentaram o caso. A assessoria de Luciano Coutinho não conseguiu contato com ele. O advogado de Graça Foster e Guido Mantega não retornou o contato do GLOBO.

Opinião : MEMÓRIA

A PETROBRAS já acumulara prejuízos pelo superfaturamento de obras a fim de desviar dinheiro da empresa para o petrolão, esquema lulopetista de corrupção. E agora tem outro resultado negativo, desta vez devido à multa bilionária que concordou em pagar nos Estados Unidos, pelo mesmo motivo.

OS REGISTROS contábeis dessa dramática fase da estatal servem para lembrar os estragos feitos na empresa pela ingerência da política partidária e da ideologia nacionalpopulista. Há projetos cujos custos subiram tanto que jamais se pagarão.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Notas

Energia.

O nível de água dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste subiu a 39,7% ontem. Está abaixo do mesmo período do ano passado.

Energia II.

A situação está longe de ser tranquila. Em 2010, os reservatórios marcavam 82%, o que permitiu o pleno funcionamento das hidrelétricas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:** Adriana Fernandes**Título:** Sucessões

O cenário mais provável hoje é de que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deixe o cargo para buscar sua candidatura à Presidência da República em outubro. O seu pé nesse momento está mais fora do que dentro do governo. Sem o apoio garantido do MDB, Meirelles analisa convites que já recebeu de partidos menores para se filiar. As articulações no momento caminham nessa direção. O ministro não pretende deixar para o último minuto para anunciar a decisão de ficar ou sair. Fará isso dias antes do prazo final que a Justiça Eleitoral exige para os candidatos se desincompatibilizarem dos seus cargos (7 de abril). Fora do governo, Meirelles terá mais liberdade para começar a campanha e viajar pelo País para lançar seu nome até agosto, quando as chapas terão de estar oficialmente formadas.

Por enquanto, se equilibra entre dois figurinos aparentemente incompatíveis, o de pré-candidato declarado e o de comandante da política econômica – vide o ruído gerado com as declarações sobre estudos para reduzir preços dos combustíveis. A aposta é que, no momento em que a campanha presidencial afunilar, muitos candidatos vão desistir. Será a hora de consolidar a sua candidatura. Se o “candidato” Michel Temer desistir de se lançar à reeleição, a percepção é de que terá apoio do presidente. Hoje, Meirelles não tem aval do Palácio do Planalto e de caciques regionais do MDB, que fazem jogo de cena em torno da sua filiação no partido.

Diga-se, um partido com histórico de grande complexidade e divisão nas eleições para a Presidência por conta das articulações políticas regionais. Em muitos Estados, é mais fácil encontrar emedebista ao lado do PT do que dos partidos aliados do governo. Meirelles já foi avisado de que os diretórios do MDB estão divididos sobre os rumos a seguir na campanha e provavelmente criarão problemas para avalizar um “cristão novo” na cabeça da chapa. Uma decisão comparada pelos assessores do presidente a um “mercado de derivativos”, opção de investimento financeiro de altíssimo risco.

A preferência do Planalto é que Meirelles volte logo a vestir o figurino completo de ministro. Faltando 15 dias para o prazo final, a corrida para a sucessão na Fazenda é a que está em jogo. Ela está misturada com a substituição do presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro. A indicação do líder do governo no Senado, Romero Jucá, do nome do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para substituir Meirelles pode não ser para valer.

Oliveira está sendo cotado mesmo é para assumir a cadeira de Rabello no BNDES, posto chave para a concessão de crédito no País. Embora tenha sinalizado que não quer mais sair do governo, Rabello está sendo fritado, principalmente depois ter dado a declaração infeliz de que vai usar de “criatividade” para emprestar aos Estados. Perdeu mais ainda credibilidade. Não pega bem para um banqueiro. Impasse. Não foi bem recebida a decisão do governo de prorrogar por mais 60 dias os trabalhos da comissão interministerial criada para resolver o impasse em torno da revisão do contrato de cessão onerosa de exploração de áreas de petróleo do pré-sal. O grupo será renovado por mais 60 dias, os debates estão evoluindo e há uma boa vontade das partes para chegar a um acordo.

O governo quer fazer o megaleilão dos barris excedentes este ano. Mas há dois problemas no caminho: as diferenças de números entre Petrobrás e governo e um contrato mal escrito. Os números dos pareceres das duas certificadoras contratadas, DeGolyer and MacNaughton (D&M) pela Petrobrás e a Gaffney, Cline and Associates (GCA) pelo **Ministério de Minas e Energia** e Agência Nacional de Petróleo, são muito diferentes. O trabalho todo do grupo consiste em ver as hipóteses usadas nos relatórios das duas certificadoras para ver se os números convergem para um único valor. Há certeza de que isso acontecerá? Não. Essa negociação poderá levar semanas, meses ou anos. O que há é uma imensa boa vontade do governo e da Petrobrás de resolver o assunto o mais rápido possível, respeitando cada detalhe do contrato. Mas ainda há divergências. Essa é a realidade hoje.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Conta de luz pode subir mais de 20%

Segundo a Aneel, acionamento de térmicas e aumento dos subsídios devem fazer com que aumentos este ano sejam bem superiores ao IPCA

Em um ano de inflação baixa, a conta de luz deve ter um peso extra no bolso dos consumidores. Segundo estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o reajuste médio nas contas ficará acima de 10% este ano. Em alguns casos, a alta deve superar a casa dos 20%. As razões para esse aumento, muito acima do IPCA previsto para o ano, são a falta de chuvas, que levou ao acionamento de usinas térmicas, muito mais caras que as hidrelétricas, mas também os subsídios embutidos na conta de luz, que não param de crescer, e segundo executivos do setor, erros de planejamento. De acordo com Romeu Rufino, presidente da agência, os aumentos da conta de energia devem ter

comportamento semelhante aos autorizados para os clientes fluminenses da Light e Enel Rio.

Nesta semana, a Aneel autorizou um aumento tarifário médio de 10,36% nas tarifas da Light, que atende a cidade do Rio e outros 30 municípios do Estado. Na Enel Rio, que fornece energia para Niterói e outras 66 cidades fluminenses, a alta, em média, foi de 21,04%. A diferença entre os índices autorizados para cidades tão próximas tem explicação. Na Light, houve reajuste ordinário, que é feito todos os anos. Já para a Enel Rio foi realizada a revisão tarifária, processo que é realizado de quatro em quatro anos para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Nas revisões, as empresas são reembolsadas por investimentos feitos na expansão da rede e na melhoria dos serviços. Segundo Rufino, os consumidores, de forma geral, devem esperar comportamento semelhante ao verificado nos casos da Light e da Enel Rio.

Os reajustes anuais devem ser da ordem de 10%. É o caso de empresas como Eletropaulo (São Paulo) e Copel (Paraná), por exemplo. Mas, para aqueles atendidos pelo grupo de empresas que vão passar por revisão tarifária, a alta deve ser de cerca de 20% – caso da Cemig (Minas), RGE Sul (Rio Grande do Sul) e Energisa (em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), entre outras. Gestão. Diversos fatores explicam o aumento, mas há uma avaliação de que falhas cometidas na gestão do setor elétrico no passado têm causado impacto nas tarifas até hoje.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, lembra que principalmente nos últimos anos da gestão Dilma Rousseff foram realizados leilões para contratação de novas usinas e linhas em nível bem acima do necessário, por conta da recessão. Segundo ele, somente no ano passado o consumo de energia voltou aos patamares registrados em 2014. “Perdemos três anos de crescimento por causa da recessão. Parte desses custos da tarifa hoje serve para pagar reforços nos sistemas de geração e transmissão que vieram para atender a um mercado que não se concretizou”, afirmou Barroso. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa, reconhece que o aumento tarifário desagrada à população, mas reafirma que o governo não adotará nenhuma medida intervencionista para maquiagem os preços. “Já se enganou muito o consumidor a respeito do custo da energia.

Infelizmente, só agora a verdade apareceu”, afirmou. Regional. Rufino, da Aneel, faz fortes críticas aos subsídios, cobrados por meio de encargos setoriais. Os subsídios vão custar R\$ 18 bilhões neste ano, 30% mais que no ano passado, e serão integralmente pagos pelos clientes. Isso significa que o consumidor residencial paga uma conta mais cara para que seja possível oferecer descontos para agricultores, irrigantes, produtores de carvão, geradores de energias renováveis, além de distribuidoras no Norte, que utilizam termoelétricas a

diesel e óleo combustível. “Todas as empresas já estão condenadas a um aumento de 2,5 pontos percentuais por conta dos encargos setoriais. Os subsídios não param de crescer e já têm peso de 20% nas tarifas”, disse Rufino.

O presidente da Aneel destacou ainda que, além da seca, que reduziu o uso de hidrelétricas e levou ao acionamento das termoeletricas, mais caras, a decisão do governo Temer de cobrar bônus de outorga das usinas que foram licitadas também elevou os custos de geração, pois as empresas que compram os empreendimentos em leilão repassam essa cobrança à tarifa final. “Só o leilão das usinas da Cemig teve impacto de 1 ponto percentual nas tarifas.” Pedrosa, do MME, admite que isso encarece as tarifas, mas disse que parte do ganho vai gerar abatimentos futuros na conta de luz. Ele destacou que a pasta enviou à Casa Civil um projeto de lei com o novo modelo do setor elétrico, que busca resolver passivos do passado, reduzir o peso dos subsídios e promover a competição e a eficiência no setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A.W.

Título: ‘Será uma explosão tarifária’, prevê Abrace

O presidente executivo da Associação de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Edvaldo Santana, disse que o aumento das tarifas será ainda maior para as indústrias, entre 20% e 25%. “Será uma explosão tarifária”, afirmou. “Tivemos um erro brutal de planejamento, com contratação de energia quando não tinha demanda. E o governo e a Aneel não conseguem criar medidas para controlar o crescimento dos encargos setoriais”, disse. Para reduzir o custo da eletricidade, o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, defende a abertura do mercado livre. Nesse modelo, o consumidor continuaria a ser atendido pela distribuidora, mas poderia optar por comprar energia de outras empresas.

“O sistema do mercado livre é mais competitivo. Se alguém tenta passar custos excessivos, perde o cliente”, afirmou, ressaltando que o modelo já é usado em países da Europa e alguns Estados americanos. Estudo da Abraceel afirma que cerca de 182 mil pequenas e médias indústrias e estabelecimentos comerciais do País poderiam economizar R\$ 10,5 bilhões em energia se pudessem migrar para o mercado livre em 2021. O prazo previsto pelo governo é 2026. O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, disse que os maiores vilões da tarifa são os subsídios, os impostos e os erros de políticas do passado, como a indenização das transmissoras de energia. “Temos de ter realismo tarifário, mas deveríamos

aproveitar esse momento para repensar a questão dos subsídios. Há muitos setores que não precisam mais desse benefício”, disse./ A.W.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Anna Russi

Título: Gasolina cai a menos de R\$ 4

Os motoristas do Distrito Federal precisam ficar atentos, pois em alguns lugares é possível encontrar gasolina abaixo de R\$ 4. Quem mora ou passa por cidades como Ceilândia, Águas Claras e Riacho Fundo deve aproveitar, pois, no Plano Piloto, somente no Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA) o Correio encontrou gasolina mais barata. Nessas regiões, alguns estabelecimentos chegam a cobrar R\$ 3,89 pelo litro. Desde o início do ano, a Petrobras reduziu o preço da gasolina vendida nas refinarias em 9,68%. Ontem, houve nova queda e o combustível passou a ser vendido a R\$ 1,5879 — 62% mais barato o que a média de preço nos postos do Sudoeste, asas Sul e Norte, de R\$ 4,19.

Daniel Costa, presidente do Sindicombustíveis — que representa os postos —, destacou que, por ser um setor aberto e privado, os valores são livres e decididos pelos próprios empresários. “Qualquer consumidor, mesmo estrangeiro, pode comprar um posto, investir e estipular o preço que bem entender, seja com lucro ou prejuízo”, defendeu.

Ele explicou que o preço dos combustíveis determinado pelos postos não depende exclusivamente das refinarias. “Tem uma cadeia muito densa por trás: da refinaria vai para a distribuidora, aí tem o frete, e vários outros fatores. A refinaria está em uma ponta e o posto, em outra”, afirmou. Segundo ele, as divergências entre os reajustes da Petrobras e os dos postos pode vir, por exemplo, de uma alta do etanol anunciado pelas usinas. O combustível vendido no posto é 73% gasolina e 20% álcool.

O confeiteiro Peterson Silva Barbosa, 29 anos, confirmou que sentiu um alívio no bolso, já que consegue abastecer nos lugares onde o combustível está mais em conta. “Agora dá até para encher o tanque, coisa que eu não andava fazendo desde que a gasolina chegou aos R\$ 4. Apesar de não estar barata, melhora bastante”, comentou.

Moradora de Ceilândia, a supervisora Milene Lima, 35, aproveita para abastecer na cidade, pois se precisa fazer isso em Taguatinga, onde trabalha, tem que pagar mais caro. Ao contrário de Barbosa, ela não comemora a redução, pois, mesmo abastecendo a menos de R\$ 4, ela diz que continua tendo de cortar gastos para o dinheiro durar até o fim do mês. “Eu acho que o preço das

refinarias não é repassado pelos postos e não chega até nós. Daria para baixar muito mais. Mesmo custando menos, não aliviou praticamente nada”, criticou.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

“Eu acho que o preço das refinarias não é repassado pelos postos e não chega até nós. Daria para baixar muito mais. Mesmo custando menos. Não aliviou praticamente nada”

Milene Lima, supervisora

Variação dos preços no DF (em reais)

Posto	8/2/18	8/3/18	16/3/18
Petrobras Eixo W 103 Sul	4,29	4,23	4,29
Petrobras Eixo W 105 Sul	4,28	4,22	4,19
Petrobras Eixo w 106 Sul	4,29	4,22	4,19
Petrobras Eixo W 113 Sul	4,29	4,23	4,19
Shell Eixo W 115 Sul	4,29	4,23	4,19
Petrobras Eixo L 214 Sul	4,29	4,23	4,19
Petrobras Eixo L 212 Sul	4,29	4,23	4,19
JarJour Eixo L 210 Sul	4,29	4,23	4,16
PB Eixo L 206 Sul	4,29	4,23	4,19
Ipiranga Eixo L 204 Sul	4,29	4,23	4,19
Petrobras Eixo L 202 Sul	4,29	4,29	4,19
Petrobras Eixo L 203 Norte	4,29	4,25	4,19
Ipiranga Eixo L 204 Norte	4,29	4,29	4,29
JarJour Eixo L 206 Norte	4,32	4,22	4,16
Petrobras Eixo L 208 Norte	4,29	4,22	4,19
Ipiranga Eixo L 210 Norte	4,29	4,22	4,19

Shell	Eixo L 212 Norte	4,29	4,22	4,19
Petrobras	Eixo L 214 Norte	4,29	4,22	4,19
Ipiranga	Eixo W 115 Norte	4,29	4,22	4,19
Petrobras	Eixo W 113 Norte	4,29	4,22	4,19
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	4,29	4,22	4,19
Shell	Eixo W 109 Norte	4,29	4,22	4,19
Petrobras	Eixo W 107 Norte	4,29	4,22	4,19
Petrobras	Eixo W 105 Norte	4,39	4,22	4,29
Petrobras	Eixo W 103 Norte	4,49	4,49	4,49
Petrobras Sig	Quadra 3	4,29	4,22	4,18
Sheel Sig	Quadra 3	4,29	4,22	4,18
Petrobras	EPTG -.....	-	--	3,98
Posto Garantia	EPTG	--	--	3,99
Safeway	EPTG	--	--	3,89
Vtex	EPTG	--	--	3,99
Ipiranga	EPTG	--	--	3,89

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Demétrio Magnoli

Título: A OMC na “Rodada Trump”

Temer explicou a reação brasileira às tarifas impostas pelos EUA sobre as importações de aço. O plano A é negociar isenções com Washington. Na hipótese de fracasso, o plano B é recorrer ao tribunal da Organização Mundial do Comércio (OMC). A armadilha montada por Trump funciona: cada um desses passos, que serão adotados por diversos outros países, contribui involuntariamente para demolir o sistema multilateral de comércio.

As tarifas não são, em si mesmas, um fator relevante para a economia global. George W. Bush já havia ensaiado proteger a siderurgia americana, mas sob justificativas diferentes, subordinadas às regras normais de arbitragem da OMC. A novidade é que Trump utiliza os instrumentos do protecionismo para avançar a estratégia nacionalista de “America First”: resgatar empregos nos EUA é apenas o pretexto para uma operação de sabotagem das regras do jogo.

O primeiro elemento da armadilha encontra-se na justificativa legal das tarifas. Cinicamente, Washington invoca razões supremas de segurança nacional. A falsidade pode ser demonstrada tanto pela incongruência entre taxas alfandegárias lineares e o consumo efetivo de aços especiais em demandas do Pentágono quanto pelo fato de que os maiores exportadores de aço para os EUA são, precisamente, aliados americanos (Canadá, União Europeia, Coreia do Sul, México, Brasil, Japão e Taiwan). Mas a invocação praticamente anula a possibilidade de arbitragem na OMC, pois transfere o tema para o campo geopolítico da soberania nacional.

A corrente nacionalista que forma o núcleo do governo Trump explora perversamente os limites do sistema com a finalidade de implodi-lo. Se, diante de reclamações dos exportadores (como o Brasil), o tribunal da OMC conclui que a segurança nacional extrapola sua jurisdição, Washington “legaliza” suas tarifas, desmoralizando o livro de regras do comércio global. Por outro lado, se o tribunal impugna a alegação americana, Trump ganha o pretexto ideal para retirar os EUA da OMC. De um jeito ou de outro, cria-se o precedente histórico para a violação generalizada de acordos multilaterais fundados no interesse comum e na crença na boa-fé de todas as partes.

O segundo elemento da armadilha é a provisão americana de isenções seletivas, baseadas em negociações bilaterais. Analistas econômicos de visão curta saudaram as isenções concedidas ao Canadá e ao México, sublimando a circunstância de que são provisórias, dependentes da evolução das negociações sobre a reforma do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) pretendida por Trump. Em tese, o princípio bilateral aplicado no caso dos parceiros do Nafta estende-se potencialmente aos demais países (como o Brasil). O presidente americano esclareceu que está aberto a barganhas — e que as permutas viáveis não se circunscrevem ao terreno comercial.

No mercado de escambo trumpiano, as tarifas sobre o aço podem ser trocadas pela eliminação de taxas do parceiro sobre outros produtos, por iniciativas protecionistas do parceiro contra terceiros países (como a China) ou mesmo pela submissão a prioridades políticas americanas. No caso dos aliados europeus, o presidente americano chegou a sugerir que isenções poderiam derivar da ampliação dos gastos com a defesa. Tudo isso, que se deve batizar como uma “Rodada Trump” de negociações comerciais, contraria os acordos

fundantes da OMC, dissolvendo o jogo das regras no ácido do poderio geopolítico e militar.

A OMC foi criada sob uma algazarra de protestos da “nova esquerda”. As reuniões ministeriais da fracassada Rodada Doha foram palcos de violentas manifestações patrocinadas por sindicatos e organizações de esquerda. Na sua ofensiva contra o sistema multilateral de comércio, Trump cumpre um programa compartilhado pela direita nacionalista e pela esquerda antiglobalização.

MME / ASCOM .